



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº  
**50955-55.2017.8.06.0112/0**

Data - Hora  
**6/6/2017 - 10:24**



Dados Gerais do Processo			
Número Único	<b>50955-55.2017.8.06.0112/0</b>		
Tipo de Ação	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL</b>		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	06/06/2017 10:12	Volumes	1
Just.Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
<b>SEGURO</b>			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
<b>Requerente : ELIAS PAULO DA SILVA</b>			
Rep. Jurídico : 23502 - CE ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA			
<b>Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A</b>			



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 02  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
JUAZEIRO DO NORTE-CE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ☐ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

VALOR DA CAUSA: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

COMARCA JUAZ DO NORTE  
50955-55.2017.8.06.0112



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE  
Recebido em: 01/06/2017 às 17:00 hs.

Cícero Wagner Al Feitosa  
Distribuidor

**ELIAS PAULO DA SILVA**, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº: 2000029126020 SSP/CE e do CPF nº: 140.270.203-59, residente e domiciliado à Rua Ideval Ramos Pedrosa, nº 264, bairro Frei Damião, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

## **1 – PRELIMINARMENTE**

### **1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:**

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

### **1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:**

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, senão vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 03  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
DO NORTE-CE

processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, senão vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

### **1.3 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:**

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *múnus público*.

Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 04  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
1. DO NORTE-CE

No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

## **2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:**

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 21 de julho de 2016 (conforme B.O anexo), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Trauma (corte contuso) em perna esquerda.

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades cotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou trauma em perna esquerda no requerente.

Ademais, para além das lesões sofridas e suas respectivas gravidades, o Autor foi submetido ambulatorial, bem como tratamento medicamentoso, isso sem olvidar o longo período de recuperação do Requerente, o que, em razão das dores, dificultou a volta a suas atividades corriqueiras.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Contudo, apesar da lesão em decorrência de acidente envolvendo veículo automotor, o Requerente não teve outorgado nenhuma quantia à título extrajudicial.

Em razão do valor que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento de indenização securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pela parte Autora.





# ACTUS

Advogados Associados

FLS. 08  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
DO JORDE-CE

Sendo o Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atraindo, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, o Requerente possui direito à receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a**





**ACTUS**  
Advogados Associados

fls. 6  
FLS. 06  
SECRETARIA  
2ª VARA CÍVEL  
DO NORTE-CE

**viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada**, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550  
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO  
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE  
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.  
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.  
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica  
nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art.  
1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha  
realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio  
de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização  
por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio.  
Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em  
acidente de transito e devida, mediante simples prova do  
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a  
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito  
em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.(grifo nosso)**

Cumpra esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

### **3 – A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

### **4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:**

Rua Zuca Sampaio, nº 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP: 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 07  
SECRETARIA  
2ª VARA CÍVIL  
DO NORTE-CE

Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, um prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser proposta a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumpre esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

## **5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), senão vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 08  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

#### 6 – DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Antônio Allan Leite Saraiva (OAB/CE 23.502)** ou **Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

**Dá-se a esta causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 9  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Nestes termos,  
Pede Deferimento  
Barbalha-CE, 26 de Maio de 2017.

\_\_\_\_\_  
**Bruna Reinaldo do Nascimento Santana**  
**OAB/CE 36955**

\_\_\_\_\_  
**Antônio Allan Leite Saraiva**  
**OAB/CE 23502**

\_\_\_\_\_  
**Thomaz Antonio Nogueira Barbosa**  
**OAB/CE 20787**



13-500/00



**ACTUS**  
Advogados Associados

EXEMPLAR DO T  
FLS. 10  
JUSEG  
FLS. 10  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
1 DO NORTE-CE

### “PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Elias Paul da Silva brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 2000029126020 SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 140.270.203-59, residente e domiciliado na Rua Iderval Ramos Pedrosa, nº 264, bairro Frei Camião, Juazeiro do Norte/CE.

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 04 de maio de 2017.

x

Elias Paulo da Silva





**ACTUS**  
Advogados Associados

fls. 11  
FLS.  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

## DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Elias Paub da Silva, brasileiro, casado, autônomo,  
portador do RG nº 2000029 126020 SSP/CE, e inscrito no  
CPF nº 140.270.203-59, residente e domiciliado na Rua  
Idenival Ramos Pedrosa, nº 264, bairro Frei Damião,  
Juazeiro do Norte/CE.

**DECLARA** nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 04 de maio de 2017

x Elias Paulo da Silva



FLS. 12  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
JOÃO DO NORTE-CE

<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

## **SINISTRO 3170059902 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ELIAS PAULO DA SILVA

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** MBM SEGURADORA S/A #772

**BENEFICIÁRIO** ELIAS PAULO DA SILVA

**CPF/CNPJ:** 14027020359

**Posição em 04-05-2017 13:54:21**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

**MOTIVO: SEM SEQUELAS PERMANENTES**





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 13  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE



**BOLETIM DE Ocorrência N° 488 - 166 / 2017**

**Dados da Ocorrência**

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data / Hora da Comunicação: **05/01/2017 08:15:18**  
Data / Hora da Ocorrência: **21/07/2016 18:42:00**  
Endereço da Ocorrência:  
Complemento:  
Bairro:  
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
Ponto de Referência:

**Dados da(s) Vítima(s)**

Nome: **ELIAS PAULO DA SILVA**  
Nascimento: **20/06/1944** CPF:  
RG : Orgão Emissor:  
Filiação: **MARIA PASTORA DA CONCEIÇÃO**  
**MIGUEL PAULO DA SILVA**  
Endereço: **RUA IDERVALDO RAMOS PEDROSA, 264**  
Bairro: **SÃO JOSE**  
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**  
País: **BRASIL**  
Telefone: **(88) 98855-0202**



**Histórico**

Advertido das penalidades cominadas ao crime de falso testemunho e denúncia caluniosa, relata o Noticiante QUE CAMINHAVA em via pública; QUE, foi ATROPELADO por um AUTOMÓVEL (NÃO IDENTIFICADO); QUE, o CONDUTOR evadiu-se do local sem prestar socorro; QUE, foi socorrido por POPULARES e levado para UPA 24H de Juazeiro do norte; QUE, sofreu CORTE CONTUSO EM PERNA ESQUERDA; NADA MAIS DISSE, registra para requerer o seguro DPVAT.//

**DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE**

**RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :**

**DIMITRI DINIZ ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA - MAT.: 300880-1-8**

**RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:**

*Elias Paulo da Silva*

**VISTO DO DELEGADO(A) :**

**VÍCTOR TIMBO DE LIMA - MAT.: 198828-1-0**



FLS. 14  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-DE



### UPA 24h Juazeiro do Norte

57431

Endereço: RUA CAPITÃO DOMINGOS, S/N  
Cidade...: JUAZEIRO DO NORTE  
E-mail...:

CNPJ: 19.622.700/0001-46  
Telefone: (088) 3512-2373

#### Ficha de Atendimento Ambulatorial

Data: 21/07/2016  
Hora: 18:42

Data de Saída: 21/07/2016  
Hora de Saída: 18:42

#### Paciente

Nome: 41712 ELIAS PAULO DA SILVA

Responsável: ELIAS PAULO DA SILVA

Mãe: MARIA PASTORA DA CONCEICAO

Endereço: RUA DERVAL RAMOS PEDROSA, 264, FREI DAMIÃO -

Nasc: 20/06/1944

Idade: 72

Telefone: (88) -

Celular: (88) -

CEP: 63.010-000

Natural: JUAZEIRO DO

#### Documento

Mat/CNS:

Doc. Identidade: 200002912602 Guia:

Autorização:

Trabalho:

Validade da Carteira:

Ultimo Pagto:

#### Convênio

Convênio: SUS

Cod. de Credenciamento

Tipo de Atendimento: 2

#### Queixas do Paciente

PACIENTE VITIMA DE ATROPELAMENTO POR CARRO APRESENTANDO CORTO CONTUSO EM PERNA ESQUERDA

#### Antecedentes Médicos

#### Exame Físico

CLINICO

#### Exames Complementares

CLINICO E ANAMNESE

#### Conclusão Diagnóstica

CID-10

S819

FERIMENTO

#### Tratamento

SUTURA

VAT

AINES PARA CASA

João de Souza Leite  
Médico  
CREMEC 10.173

JOAO DE SOUSA LEITE

Diretor Médico

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA BANHOS ROQUE, liberado nos autos em 10/07/2018 às 12:08. Para conferir o original, acesse o site <http://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0050955-55.2017.8.06.0112 e código 396302C.



## **Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas**

### **Clínica Médica - Cirurgia Geral**

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

*Relatório Médico*  
O paciente Elio Perillo da Silva sofreu acidente (Atropelamento por carro) que resultou em trauma (Ferimento cortante) no punho esquerdo. Recebeu tratamento (Cirurgia - sutura do ferimento). Apresenta sequelas motoras (limitação de 40% dos movimentos do punho esquerdo). O acidente foi no dia 21/07/2016 e o alta definitiva foi no dia 10/11/2016.

04/01/2017

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas  
Médico  
CREMEC - 6795

Av Ailton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Px. ao Banco do Brasil  
Anexo Laboratório Vidanalise

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 9 8829.6724 / 9 9689.5332



FLS. 116  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-DE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2000029126020 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/09/2010

NOME  
ELIAS PAULO DA SILVA  
FILIAÇÃO  
MIGUEL PAULO DA SILVA  
MARIA PASTORA DA CONCEIÇÃO  
NATURALIDADE  
CARIRIAÇU - CE  
DATA DE NASCIMENTO  
20/06/1944  
DOC. ORIGEM  
CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO:1 OFICIO TERMO:290 FOLHA:285  
LIVRO:B-17 CARIRIAÇU CE  
CPF  
P.: 98  
ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA

Polgar Direito

ASSINATURA DO TITULAR  
Elias Paulo da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

140.270.203-59

ELIAS PAULO DA SILVA

20/06/1944





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **140.270.203-59**

Nome da Pessoa Física: **ELIAS PAULO DA SILVA**

Data de Nascimento: **20/06/1944**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **13:36:00**: do dia **11/01/2017** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **A174.56B5.80B7.4E2F**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Nº DO CLIENTE

5468444-7

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará  
Rua Padre Valdevino, 150  
CEP 60135-040 | Fortaleza CE  
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

Coelce  
agora é enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 461435489

Rota 08 13000 12 608172 - 0

Data de Emissão 13/01/2017

Nome ELIAS PAULO DA SILVA

End. Postal RU IDERVAL RAMOS PEDROSA 00264

FREI DAMIAO - JUAZEIRO DO NORTE - 63044260

Medidor 369279

Posto 0000 D09E

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA

Fator de Potência 0,00

RG/CPF/CNPJ 140270203-59

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Jan/2017	13/01/2017	10/02/2017

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto CRATO

Mês Nov/2016

ELSD 7,05

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,31	10,62	21,25	0,00	0,00	0,00
FIC	3,30	6,60	13,20	1,00	0,00	0,00
DMIC	3,03			0,00		

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Aliquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

3A69.170E.FCBB.AIDC.3649.074A.DC4E.44CB

INFORMAÇÕES SOBRE O FATORAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
2735	2691	1,00	44	0,00	38	0,17297	5,18
					14	0,29652	4,16
13/01/17	15/12/16		29 Dias		44		9,34

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES	9,34
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,80
COB. SALDO FATURA ANTERIOR	23,19

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

33,33

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Energia .....	5,65
Transmissão .....	0,14
Distribuição .....	1,97
Encargos Setoriais .....	0,99
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	1,39
TOTAL .....	10,14

53	44	48	48	50	51	58	58	47	47	42	67	87
MED	Jan	Dez	Nov	Out	Set	Ago	Jul	Jun	Ma	Abr	Mar	Fev

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO<sub>2</sub>)

Compensado kg (CO<sub>2</sub>)

Consciência Ecológica(%CO<sub>2</sub>)

19,02

0,00

0%

100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

Contatos:  
(88)3542-0398  
(88)97779-2255



SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**  
**DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**

Data - Hora  
1/6/2017 -  
10:46

**Termo de Distribuição**



Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	50955-55.2017.8.06.0112 /0
Autuação	Não possui autuação
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Assunto(s)	SEGURO
Nr.Apensos	0
Nr.Volumes	1
Documento de Origem	PETIÇÃO INICIAL
Documento Atual	PETIÇÃO INICIAL
Fase Atual	DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO
Data da Fase	01/06/2017
Foi feita DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO do presente processo, motivo EQÜIDADE, em 01/06/2017 10:46, para o(a) Relator (a): Exmo.(a) Sr.(a) FRANCISCO JOSE MAZZA SIQUEIRA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	

Partes	
Nome	
Requerente : ELIAS PAULO DA SILVA	
Rep. Jurídico : 23502 - CE ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA	
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A	

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 1 de Junho de 2017

  
Responsável

RH: 01/06/2017  
R. Almeida





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 20  
SECRETARIA DA  
2ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE-CE

Data - Hora  
6/6/2017 - 10:26

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo

Protocolo Único	50955-55.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr.Volumes	1
Autuação	06/06/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes

Nome

Requerente : ELIAS PAULO DA SILVA  
Rep. Jurídico : 23502 - CE ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA  
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 6 de Junho de 2017

Responsável



CONCLUSOS ao MM Dr. João de

feito em 09/1/06 12017

O(A) Diretor(a)



CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 50955-55.2017-8.06.0112/0  
Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL foi  
auditorado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as  
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e  
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação  
física, cuja última folha possui a  
numeração 20, passando a  
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é  
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 19 de Maio de 18.  
Servidor/matricula: [assinatura]



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

**DESPACHO**

Processo nº: **0050955-55.2017.8.06.0112**  
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
Requerente e **Elias Paulo da Silva e outro**  
Requerido:  
:

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 17 de setembro de 2018.

**Francisco José Mazza Siqueira**  
**Juiz**



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0050955-55.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente e **Elias Paulo da Silva e outro**  
 Requerido:  
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 19 de setembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

## CERTIDÃO

Processo nº: **0050955-55.2017.8.06.0112**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Elias Paulo da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

**CERTIFICO**, face às prerrogativas por lei conferidas, haver designado nos autos em epígrafe **Audiência de Conciliação para o dia 11/Março/2019, às 9:30 horas**, a se realizar neste Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Juazeiro do Norte, no Fórum local.

O referido é verdade. Dou Fé.

**Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.**

**Ana Clécia Augusto Leite Carneiro**  
**Técnico Judiciário**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

## CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0155/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Antonio Allan Leite Saraiva (OAB 23502-0/CE)	D.J
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J

Teor do ato: "Fica a parte requerente, por seus advogados (art. 334, §3º do CPC), bem como estes, devidamente intimados para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o DIA 11/MARÇO/2019, ÀS 09:30 HORAS, A SE REALIZAR NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE - CEJUSC/JN, sediado no Fórum Local, na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, Juazeiro do Norte-CE, ficando, de logo, a parte advertida de que, o não comparecimento injustificado à referida audiência será considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionada com multa de até dois por cento (2%) da vantagem economicamente pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (Art. 334, § 8º, CPC). Outrossim, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar ou transigir. Ademais, as partes, deverão, com antecedência mínima de 10 (DEZ) DIAS da audiência, informar se não possuem interesse no ato conciliatório, sendo que, a audiência somente será cancelada mediante recusa expressa das duas partes (ART. 334, § 5º, CPC), tudo em conformidade com o art. 334, §§ 3º, 4º, I e II, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 do NCPC."

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 17 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0050955-55.2017.8.06.0112**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Elias Paulo da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do Dr. Francisco José Mazza Siqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, conforme disposto no **art. 334 do Código de Processo Civil**, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial, e despacho **fls. 23** seguem anexas por cópia, sendo parte integrante desta carta, bem como sua **INTIMAÇÃO** para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** designada para o **dia 11/MARÇO/2019 às 09:30 HORAS, na sala de audiências do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CE, no Fórum Local, sito na Rua Maria Marcionília, nº 800, Lagoa Seca, nesta urbe**, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (**art. 334, §10, do CPC**) e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 (QUINZE) DIAS**, contar-se-á conforme o **art. 335 do mesmo Código**, podendo o promovido alegar em sua peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (**art. 336 do CPC**), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, no termos do **art. 341 do CPC**, ficando, ainda, advertido que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA (ART. 344 DO CPC)**.

Fica, outrossim, V. Sa. **ADVERTIDA** que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até **2%** (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §§ 4º e 8º do CPC**). Ademais, as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados ou Defensores Públicos (**art. 334, § 9º do CPC**).

Juazeiro do Norte/CE, 14 de dezembro de 2018.

**Antonio Barbosa de Sena**  
**Supervisor de Unidade Judiciária**  
 Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

Sr(a). Representante Legal da  
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT  
 Rua da Assembléia, 100, 16º Andar, Centro  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20011-000

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abriar a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.